



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **QUILOMBOS URBANOS EM TERRITORIALIZAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO DA LIBERDADE, PRIMEIRO QUILOMBO URBANO DO MARANHÃO.**

**Lorena Alves Lima Belo**

Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Dom Bosco  
[lorenabelo.arq@gmail.com](mailto:lorenabelo.arq@gmail.com)

**Márcio Rodrigo da Silva Pereira**

Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP  
[marciopereira@usp.br](mailto:marciopereira@usp.br)

### **Sessão Temática 06: Cidade, história e identidade cultural**

*Resumo. Este artigo tem como objetivo geral compreender a evolução socioespacial do bairro da Liberdade, São Luís-MA, utilizando a identidade do lugar como objeto determinante de sua territorialidade. A ocupação dos quilombos urbanos está vinculada geralmente em torno da realidade periférica dos espaços marginalizados e segregados. A exclusão dos quilombos urbanos no planejamento urbano, ainda é uma realidade nos dias atuais, e essas localidades estão sempre inseridos em locais com moradia precária e a ausência de infraestrutura. Nesse contexto, tem-se o bairro da Liberdade, que em 2019 recebeu o reconhecimento pela Fundação Palmares como primeiro quilombo urbano do Maranhão, tendo sua população majoritariamente negra, onde as heranças do modo de viver existente nos quilombos rurais influenciaram na forma de cooperação entre os moradores para a consolidação do bairro, manifestando ainda sua cultura durante a formação do território, caracterizando uma territorialidade negra no lugar. A pesquisa possui um caráter descritiva histórica e exploratória, com abordagem quali-quantitativa, priorizando a coleta de dados nas vivências dos moradores do bairro. Por fim, espera-se que essa pesquisa possa contribuir para estudos futuros sobre o tema, em realidades distintas e semelhantes, partindo de uma visão não eurocêntrica, inserindo no âmbito do planejamento urbano, peculiaridades dos quilombos urbanos.*

*Palavras-chave. territorialidade negra; quilombos urbanos; aglomerados subnormais; Liberdade; São Luís.*

### **Tradução do título em inglês**

**Abstract.** *This article has the general objective of understanding the socio-spatial evolution of the neighborhood of Liberdade, São Luís-MA, using the identity of the place as a determining object of its territoriality. The occupation of urban quilombos is generally linked around the peripheral reality of marginalized and segregated spaces. The exclusion of urban quilombos in urban planning is still a reality today, and these locations are always inserted in places with precarious housing and lack of infrastructure. In this context, there is the neighborhood of Liberdade, which in 2019 received recognition by the Palmares Foundation as the first urban quilombo in Maranhão, with a mostly black population, where the legacy of the existing way of life in rural quilombos influenced the form of cooperation between residents to consolidate the neighborhood, still manifesting their culture during the formation of the territory, characterizing a black territoriality in the place. The research has a descriptive, historical and exploratory character, with a quali-quantitative approach, prioritizing the collection of data on the experiences of the residents of the neighborhood. Finally, it is hoped that this research can contribute to future studies on the subject, in different and similar realities, starting from a non-Eurocentric vision, inserting in the scope of urban planning, peculiarities of urban quilombos.*

*Keywords: black territoriality; urban quilombos; subnormal clusters; Liberdade; São Luís.*

### **Tradução do título em espanhol**

**Resumen.** Este artículo tiene como objetivo general comprender la evolución socioespacial del barrio de Liberdade, São Luís-MA, utilizando la identidad del lugar como objeto determinante de su territorialidad. La ocupación de los quilombos urbanos se vincula generalmente en torno a la realidad periférica de los espacios marginados y segregados. La exclusión de los quilombos urbanos en la planificación urbana sigue siendo una realidad hoy en día, y estas localidades siempre se insertan en lugares con viviendas precarias y falta de infraestructura. En ese contexto, está el barrio de Liberdade, que en 2019 recibió el reconocimiento de la Fundación Palmares como el primer quilombo urbano de Maranhão, con población mayoritariamente negra, donde el legado del modo de vida existente en los quilombos rurales influyó en la forma de cooperación entre los vecinos para consolidar el barrio, aún manifestando su cultura durante la formación del territorio, caracterizando una territorialidad negra en el lugar. La investigación tiene un carácter descriptivo, histórico y exploratorio, con un enfoque cuali-cuantitativo, priorizando la recolección de datos sobre las vivencias de los habitantes del barrio. Finalmente, se espera que esta investigación pueda contribuir a futuros estudios sobre el tema, en realidades diferentes y similares, a partir de una visión no eurocéntrica, insertando en el ámbito de la planificación urbana, las peculiaridades de los quilombos urbanos.

*Palabras clave:* territorialidad negra; quilombos urbanos; grupos subnormales; Liberdade; São Luís.

## 1. Introdução.

O espaço é a parte fundamental para que a reprodução da sociedade possa ser algo concreto. Porém, para o modo de produção capitalista, o espaço é utilizado como meio de produção para geração de mais-valia, para que assim possa ser consumido produtivamente. Para que se tenha um melhor entendimento da produção do espaço, expõe-se a existência do monopólio imposto por uma classe sobre o espaço, nesse caso, a alta burguesia, detentores do poder, excluindo assim os pobres da propriedade fundiária.

A segregação espacial das classes sociais em distintas cidades é uma das características mais marcantes no espaço brasileiro, onde temos um processo desencadeado por arbitrariedades que constroem cidades cada vez mais desiguais. As materialidades não acontecem de maneira espontânea, uma vez que não há uma opção para a classe trabalhadora se aproximar de áreas centrais, mas sim ocorre em decorrência de efeitos de supervalorização do solo que cada vez mais excluem a população pobre para as áreas periféricas. A segregação socioespacial atende apenas aos interesses do sistema social dominante, ao passo, em que age sobre a sociedade recriando novas formas de viver e sobreviver na cidade.

Ao longo da história, as populações negras sempre estiveram instaladas em espaços em situações de vulnerabilidade sociais impostas pelos grupos dominantes (CUNHA JUNIOR, 2019). Os bairros negros são produzidos pela forma como esses indivíduos foram segregados ao funcionamento das cidades, produto do racismo estrutural. Nesses locais, a educação e a expressão cultural são vistas como alternativas para união dos bairros negros, tendo em vista as vulnerabilidades sociais impostas a eles.

Os quilombos foram a primeira forma de resistência ao sistema de escravidão imposto aos negros no Brasil. Aqueles que resistiam à exploração fugiam para áreas distantes ainda não consumidas pelos colonizadores, onde havia a possibilidade de liberdade e recomeço de vida na tentativa de recriar o mundo africano (SILVA, 2011). Dessa forma, os quilombos se tornaram a primeira forma de territorialidade negra no Brasil, diferente dos quilombos de rompimento, como o de Palmares, que preferiam viver em áreas afastadas e longe dos caçadores de recompensas. Nos arredores das grandes cidades, fixaram-se os quilombos urbanos, um importante espaço de resistência para a luta abolicionista, local este que serviam de dormitórios para os negros fugidos que tentavam a vida nos mercados das cidades (CAMPOS, 2006).

Posto isto, esta pesquisa ampara-se no propósito de debater a problemática da construção desses espaços segregados na cidade, tendo como objetivo geral compreender a evolução socioespacial do bairro da Liberdade, situado na cidade de São Luís-MA, utilizando a identidade do lugar como objeto determinante de sua territorialidade. Dessa forma, tem-se o caso dos bairros negros, ou também dos quilombos urbanos como são chamados, que ao longo da construção histórica do Brasil, mesmo após a abolição da escravidão em 1888 e com a promulgação da Constituição de 1988, não houve uma reparação histórica concreta com relação às comunidades remanescentes

de quilombos, ao qual vivem hoje ainda a margem da sociedade, vinculados à realidade periféricas, dos espaços marginalizados e/ou segregados.

A pesquisa é definida como descritiva e exploratória (GIL, 2008), com abordagem quali-quantitativa. Foram realizadas pesquisas bibliográficas multidisciplinares e documentais, com a finalidade de reconhecer a dívida histórica e reparar os danos da escravidão causados a população negra. O referencial teórico foi estruturado com base na discussão dos espaços etnicamente construídos e seu processo identitário, as legislações federais e referenciais que narram recortes históricos do objeto de estudo. Além disso, foi realizada a coleta de dados com a comunidade, por meio de entrevistas e questionários, e demais agentes sociais envolvidos com a temática quilombola no Maranhão.

Por fim, foi observado que a identidade quilombola se apresenta de forma estruturante vinculada a como esses grupos se relacionam com seu território, levando em consideração a sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, numa relação na qual o território e a identidade não se separam. A pesquisa buscou contextualizar o estigma presente nos quilombos urbanos, levantando reflexões no âmbito do planejamento urbano de uma cidade dividida entre o formal e o informal, sendo algo intrínseco no contexto brasileiro. Assim, espera-se que a inserção da temática dos quilombos urbanos nas pesquisas acadêmicas possam contribuir na proposição de políticas públicas urbanas mais inclusivas.

## **2. A produção do espaço urbano e os bairros negros no Brasil.**

A produção do espaço urbano na sociedade capitalista atende aos interesses de uma determinada classe social – a burguesia –, excluindo assim as classes mais pobres do acesso à propriedade fundiária formal. A classe que detém a maior parte do capital pode assim ocupar, modelar e fragmentar o espaço da forma que melhor lhe convém (HARVEY, 2005). Nesse sentido, a forma como se maximizam os valores de troca produzem benefícios desproporcionais para alguns grupos e diminuem as oportunidades para outros.

A reprodução da sociedade depende diretamente do espaço, pois ele é uma condição geral para que essa existência seja possível. De acordo com Botelho (2007) o espaço é utilizado no modo de produção capitalista, como meio de produção para geração de mais-valia, portanto, assim é consumido produtivamente. Para o capitalismo, a privatização dos meios de produção é uma determinação geral, que promove uma crescente privatização do espaço na medida em que ele se incorpora ao capital como meio de produção. Nesse sentido, o consumo e produção do espaço são orientados pelas regras da propriedade privada, e são baseados pelas necessidades do capital em gerar um valor excedente.

Diante da realidade vivida pela população negra em seus bairros degradados e periféricos, onde são estabelecidas relações sociais e o modo de vida em coletivo, faz-se necessário discutir essas propriedades capitalistas, para que os seus indivíduos possam compreender essa realidade, buscando soluções para os problemas urbanos presentes no espaço em que vivem. Nos bairros negros se constroem suas identidades, os hábitos de vida, manifestação de suas culturas, religiões e alegrias, porém em muitas das vezes, também são destruídas potencialidades, resultado da forma como o racismo opera no espaço urbano da sociedade brasileira.

Os bairros são lugares que expressam histórias, resultado da forma como os indivíduos se relacionam, sendo elas através da cultura, da economia, das políticas, mas não sendo vistas de maneira dicotômica e separado das disciplinas sociais, e sim sendo analisadas em conjunto de forma de sintonia dos efeitos sociais (SILVA, 2016). Para Vieira Silva (2010), através das cidades e dos bairros é possível pensar como o racismo estrutural se estabelece nas estruturas edificadas ou não, onde as formas urbanas negras são conceitos e abstrações científicas que explicam como as estruturas das cidades e suas instituições funcionam e são formadas.

A cidade é composta de bairros onde vivem as pessoas e a diversidade humana se manifesta. A relação entre a cidade e a diversidade das populações e dos grupos sociais é um dos principais motivos dos problemas de uma sociedade. A produção da identidade, individual e coletiva e sociabilidade. A qualidade de vida desses grupos populacionais em grande parte se define pelos bairros e encontra-se condicionada à produção dos espaços públicos, da infraestrutura urbana e das condições de moradia (CUNHA JUNIOR, 2019).

As referências africanas e asiáticas são inexistentes no pensamento urbanístico predominante, mesmo considerando que os fenômenos urbanos ocorreram desde 4000 anos antes da era cristã no Egito. Ainda assim as maiores variedades de formas de urbanismo e arquitetônicas ainda estejam presentes nas histórias asiáticas e africanas. Nesse sentido, pode-se entender que a fundamentação teórica do urbanismo se limita ao exame da tradição eurocêntrica. Portanto, é possível perceber que dessa forma há uma constante omissão exacerbada para com os africanos e afrodescendentes, causando assim a invisibilidade das populações negras na história por razão e explicações diversas, fazendo com que aconteça o desaparecimento ou minorização dos africanos e afrodescendentes nas diversas ciências.

A forma como o conceito das metrópoles e cidades é impresso através do padrão urbanista brasileiro, para conceber a cidade, é ainda bastante influenciado pelo conceito europeu. Consagrou-se a ideia de padrão periférico, que contempla loteamento ilegal, a autoconstrução e os conjuntos habitacional afastados e desprovidos de equipamentos públicos e espaços urbano. Nesse sentido, a ideia de cidade como um espaço dual se formaliza, onde a cidade é dividida por cidade informal e cidade formal, sendo uma, aquela onde não se tem tecnologia, planejamento e investimentos públicos, e a outra, onde se tem maior investimentos públicos, planejamento e a tecnologia é aplicada de forma eficiente. Portanto, são nesses espaços informais que se concentram a população negra, recebendo os títulos tais como: cidades clandestinas, cidades irregulares, cidade informais e periféricas.

Para se ter entendimento da especificidade dos bairros negros, é necessário conhecer o conceito de africanidade e afrodescendência (CUNHA JUNIOR, 2007). A origem dos conhecimentos e modos de vida africano vem da africanidade, ao qual si modifica na realidade histórica brasileira, e continua se modificando, através das pressões dos sistemas de dominação, formando assim a afrodescendência. Ao longo da história as populações negras sempre estiveram instaladas em locais sobreposta em situações de vulnerabilidade sociais impostas pelos grupos dominantes (CUNHA JUNIOR, 2019).

Os bairros negros são aqueles onde a dinâmica urbana é pautada pela cultura e história dos grupos etnicamente negros, cujo sua determinação vai além do que apenas ter a maioria dos moradores afrodescendentes ou que se autodeclaram negros. Esta interpretação parte da conceituação de Cunha Jr. (2007) acerca dos territórios de maioria afrodescendente, como aqueles espaços urbanos onde a maior parte da população é afrodescendente ao qual se conformam histórica e socialmente a partir das formas de imposição de desigualdades sociais à população negra e do desenvolvimento das culturas de base africana. Para Ramos (2007) a dinâmica sociocultural imposta pela cultura de base africana no espaço geográfico faz parte dos processos de construção das relações histórico-sociais e das identidades das populações.

Para Campos (2007) nos territórios negros urbanos, coabitam relações de (re)produção, de solidariedade e de identidade em processos constantes e transformadores. Resultado das relações socioculturais e econômicas, o território também é o agente formador dessas relações, sendo assim, ele é marca e matriz da sociedade. Portanto, o território é um dos elementos fundamentais para entender a discussão sobre identidade e sobre direito social, uma vez que ele é um dos mais eficazes formadores de identidade e de reprodução social.

Segundo Ramos (2007), aproximadamente 70% da população negra brasileira vive em áreas informais através de moradias autoconstruídas, ou seja, a autoconstrução é a principal forma de construção nos bairros negros. Assim, as populações negras urbanas definem seus espaços de

moradia em áreas de periferia ou em periferias sociais (áreas de "invasão" localizadas em meio aos bairros tradicionais ou em áreas centrais), realizando uma linguagem própria, material, imaterial e simbólica, neste espaço urbano autoconstruído dos bairros negros.

A autoconstrução não deve pertencer sempre a essa realidade da informalidade, ela deve ser questionada ao passo que não é algo de exclusividade dos pobres, onde representa um universo majoritário da provisão habitacional, ela não pode ser interpretada como resultado direto da falta de acesso a legislação ou ao conhecimento técnico. Segundo Maricato (1996, p. 122) uma das grandes razões para ter esse entendimento, é a falta de informação sobre a "vasta ocupação ilegal do solo urbano" por parte não só de órgãos municipais de aprovação dos projetos e equipes de urbanistas dos governos municipais, mas também de universidades. Em contrapartida, o tema tem sido abordado por pesquisadores que sugerem a elaboração do projeto em alinhamento com o sistema de gestão, a predefinição do sistema construtivo, a transferência de tecnologia e treinamento técnico das famílias como garantias de resultados mais eficazes.

Em decorrência disso, com a proposta de assegurar e garantir as famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) o direito a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção da moradia, ao qual foi criado a Lei Nº 11.888/2008 de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social. A legislação prevê a disponibilização de projeto, acompanhamento e execução da obra sob responsabilidade dos profissionais da área de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma e ampliação da habitação (BRASIL, 2008). É indiscutível, que o principal objetivo dos programas atrelados a assistência técnica é a aprimoração dos padrões construtivos da autoconstrução. Portanto, é importante fixar que o "padrão habitacional 'certo' ou 'ótimo' ou 'ideal' é aquele onde se é conquistado pela classe trabalhadora através do avanço possível diante das condições políticas, sociais e econômicas onde se encontra" (VILLAÇA, 1986, p. 31).

Não há como discutir, a capacidade que famílias pobres, que historicamente são desatendidas pela construção habitacional formal, conseguiram desenvolver meios de superar suas demandas através dos seus próprios recursos. De acordo com Nabil Bonduki (1998, p. 281), o morador "adquire e ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue sua casa" - a autoconstrução nessas áreas, é uma produção doméstica não-capitalista.

Os valores e fatores socioculturais apontam uma pertinente autonomia criativa na construção coletiva dos bairros negros, orientado pelas formas de conduta e de comportamentos que decorrem da cultura de matriz africana. Nesse sentido, Ramos (2007) acredita que as motivações subliminares e os inconscientes culturais que atuam neste processo da organização espacial, estão conservados de forma inconsciente na memória coletiva dos afrodescendentes, através das africanidades não desmanchadas pela diáspora africana, e sim reformuladas em novos contextos espaciais, sociais, econômicos e políticos presentes nos bairros negros brasileiros.

Para Rossi (2001), a memória coletiva se torna a própria transformação do espaço, como um fio condutor que orienta o espaço urbano, como consciência deste espaço. No contexto, em que muitos dos bairros negros foram construídos por comunidades tradicionais, historicamente consolidados em constante absorção de experiências comuns, através do seu contexto histórico e cultura definidos por suas identidades, simbolismos e significados. Um dos objetivos é verificar se há reciprocidades das formas espaciais ao conjunto dinâmico de práticas sociais que se processam continuamente nestes espaços, os bairros negros, mesmo que inseridos nos contextos metropolitanos de grandes cidades.

Portanto, a sociedade brasileira precisa pensar na situação de vida da população negra dentro da nossa realidade, como um problema específico, envolvendo a cultura negra e o racismo estrutural, a partir da perspectiva da própria população negra. De acordo com Cunha Junior (2019), a análise do tratamento dado a essas áreas, como os grupos sociais que aí habitam, demonstram que a desigualdade social produzida sobre a população tem um componente especial urbano sintetizado

no Bairro Negro. A sistematização de “não lugar” nas ideias urbanísticas é resultado da forma de produção da inclusão precária das populações negras na sociedade brasileira. Nesse sentido, a forma como as ideias urbanísticas contempla as populações negras, retira a especificidade de ser um lugar de maioria de população negra e estigmatiza como lugar de produção espacial urbana informal.

### 3. A segregação socioespacial nas cidades brasileiras.

Mark Gottdiener (2010, p. 120) afirma que em estudos feitos pelos pensadores Castells e Lefebvre “(...) fornecem alternativas para o pensamento marxista encontrado mais comumente sobre a análise do espaço”. Castells (1983) analisa como as distribuições das moradias pelo espaço, e a forma como as características das residências e de suas populações estão relacionadas aos tipos e níveis das instalações e funções residenciais. Esses níveis de distribuição dos produtos, diz respeito ao distanciamento social que existe entre os que possuem formas de apropriar os meios de consumo coletivo e os que não possuem acesso a esses meios.

Os processos de consumo coletivo se referem ao suporte dado pelo Estado a certos bens públicos que Castells considera essenciais para a reprodução da força de trabalho – ele está envolvido com a ‘organização dos meios de consumo coletivo que constituem a base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte, etc’. (GOTTIDIENER, 2010, p. 123)

Para Lefebvre (2004), a segregação traduz-se como uma estratégia de extrema diferenciação social capaz de conduzir à formação dos espaços homogêneos, fazendo com que a comunicação entre as diferenças seja impedida. O autor procura ainda esclarecer a confusão que existe entre a diferença, separação e segregação. A diferença está relacionada a ideia de relações percebidas ou concebidas, enquanto que a separação e segregação está ligada a ideia de rompimento de relação. Nesse sentido, a existência da diferenciação permite a troca de informações e experiências, o intercâmbio necessário para os diferentes e as diferenças (pessoas e lugares), e a segregação expõe o contrário, formando assim um espaço homogêneo e fragmentado que interrompe a comunicação e o encontro.

Castells (1983) acredita que o espaço urbano seria formado pelas estruturas que constituem os sistemas econômicos, políticos e ideológicos, favorecidos de relativa autonomia. Tornando assim, uma ideia que contém forte inspiração estruturalista. Os espaços urbanos se entendem como um subsistema, em que se apresentaria práticas equivalentes às da estrutura maior, atuando de forma posterior as mesmas leis que coordenam a formação social capitalista.

De acordo com Lefebvre (2004), partindo das ideias de Marx, o espaço urbano é uma construção histórica. A cidade é a sede de um imenso poder econômico e político, onde está se liga as forças produtivas, contendo então em sua evolução histórica, categorias econômicas que se impõem como categorias dominantes. Portanto, na sociedade moderna, o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) chega a dominar o espaço social (o espaço integrado de comunhão social). Diante disso, o espaço social perde sua unidade orgânica nas cidades modernas, tornando-se então “guetos” distintos. Os lugares segregados da cidade moderna não são sobrepostos, são hierárquicos, representando especialmente a hierarquia econômica e social, onde existem setores dominantes e setores dominados.

A segregação socioespacial é também relacionada a ideia de periferia, contudo, as noções de periferia (como as de centro e centralidade) são dinâmicas que se modificam ao longo do espaço-tempo. Hoje pode-se dizer que existe não somente uma segregação espacial da população pobre, como também uma autosegregação da população rica. Em função da expansão periféricas, muitas áreas “novas” acrescentadas a cidade, pela precariedade da habitação, localização,

dificuldades de transporte e ausência de infraestrutura urbana acabam por se consolidarem em áreas de segregação socioespacial.

Para Bonduki e Rolnik (1979), existiriam duas formas de definir a periferia: uma geográfica, por ser um espaço na faixa externa da área urbanizada e distante do centro metropolitano, e a outra sociológica, onde os autores destacam a periferia como um local de reprodução da força de trabalho vivendo em péssimas condições de moradia. Sendo assim, a segregação é fomentada principalmente pela manutenção, na cidade capitalista, da propriedade privada da mercadoria terreno urbano como forma dominante de ocupação do espaço.

A forma como os espaços urbanos se constitui nas grandes metrópoles atualmente é bastante complexo. É possível notar que em algumas áreas periféricas, há diversas formas de ocupação do uso do solo, formando um enorme "mosaico" urbano. Em outra ótica, algumas regiões da periferia, que nem sempre estão associadas ao fato de estarem naquelas áreas localizadas mais distantes do centro histórico e ou econômico-financeiro do momento, evidenciam-se pela diferenciabilidade (MARICATO, 1996).

A segregação socioespacial da população pobre nas periferias das metrópoles brasileiras está impregnada pelo objetivo do ideal moderno sistema econômico produtor de mercadorias, que separa, a sociedade em aqueles que são os detentores do capital e dos meios de produção, e os outros, os detentores da força de trabalho. O Estado, em alguns momentos enxergou o crescimento periférico como um fenômeno "residual" decorrente do processo de industrialização e urbanização, porém sem nunca ter encarado como um processo de produção do espaço, fazendo com que assim ele pudesse se isentar de apresentar e propostas de intervenção afim de incorporar a "cidade real" na "cidade legal".

Para Mautner (1991) contextualiza o significado específico de periferia, considerando que existe uma reprodução da visão dual que a sociedade atribui ao espaço urbano. Periferia seria o espaço que geograficamente entende-se como as franjas da cidade. Para a sociologia urbana, é onde se localizam os pobres, em contraposição, a parte central da cidade, estruturada e acabada. É claro, que também existem condomínios luxuosos nas áreas afastadas da cidade, da mesma maneira que existem cortiços nas áreas centrais, porém nunca seriam considerados áreas periféricas.

A periferia é considerada como base de um processo de produção do espaço urbano. É um local sim onde vivem os pobres e socialmente segregados, onde o preço da terra é baixo, porém, ao mesmo tempo é um local mutante, onde sua reprodução sempre acontece nas novas extensões da terra, enquanto velhas periferias estão sempre sendo incorporadas a cidades, sendo ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital.

#### **4. A violência urbana nas cidades brasileiras.**

Sabe-se que as cidades urbanas brasileiras tem como uma de suas principais característica a violência, advinda principalmente pela concentração de renda já pontuada no capítulo anterior. Essa violência urbana se caracteriza pela normalização da miséria, da barbárie e do individualismo, sendo assim considerada um fenômeno social como pontuado por Gullo (1998, p. 113), que pode ser "(...) analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais."

Para Teresa Caldeira (2000), a violência e o medo combinam-se a processos de mudança social nas cidades contemporâneas, o que acaba por gerar novas formas de segregação espacial e discriminação social. Nas últimas décadas, as grandes metrópoles como São Paulo, Los Angeles, Buenos Aires, Budapeste, Cidade do México e Miami, diferentes grupos sociais, sobretudo aqueles das classes mais altas, tem usado o medo da violência e do crime como maneira de justificar tantos as novas tecnologias de exclusão social como sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades.

É notório, que geralmente esses grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma forma nessas cidades constroem "enclaves fortificados" para sua residência, trabalho, lazer e consumo. As classes sociais mais altas da sociedade se apoiam no discurso sobre o medo que simultaneamente legitimam essa exclusão e ajudam a reproduzir o medo através de diferentes referências. Para Caldeira (2000), esse discurso é frequente e dizem respeito ao crime e principalmente ao crime violento. Mas também atribuem preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classes e referências negativas aos pobres e marginalizados. Portanto, é perceptível que as formas de exclusão e encerramento sob as quais atualmente acontecem as transformações espaciais ocorrem são tão generalizadas que podemos atribuí-las como parte de uma fórmula universal que elites do mundo todo utilizam para reconfigurar a segregação espacial das suas cidades.

É problemático perceber que nas grandes cidades esses problemas são alargados, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro vivem eternos extremismos de um lado os Jardins, Itaim Bibi., Gávea, Leblon etc. circundados de favelas, periferias, exploração infantil, sexual e pobreza. Esse mix de abismos demarcam de forma profunda como vemos e sentimos a cidade, indo um pouco mais além a forma como nossa cultura brasileira e metropolitana nos fazem enxergar as pessoas e os espaços. “[O] apontamento das favelas, como lugar do perigo, do medo que se espalha para a cidade, desperta o mito das classes perigosas [...], colocando a favela como objeto principal e inimiga pública.” (FRANCO, 2014, p. 89)

Para tanto, a violência é fonte de reflexão para o entendimento de que cidade temos e qual cidade queremos. Atualmente, as cidades que apresentam maior número populacional e possibilidades de emprego também são as que apresentam maiores disparidades sociais a exemplo, violências essas que se apresentam de diversas formas: assassinatos, encarceramento, pessoas sem moradia, trabalho infantil e trabalho informal.

Os números das pesquisas vão de encontro ao argumento no qual as cidades brasileiras apuram maiores dificuldades, sendo sentidas especialmente pela população pobre e preta, por pessoas que moram em favelas e subúrbios. Quando tratamos de pessoas sem moradia o Brasil calcula no último levantamento feito pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos um total de 33 milhões de pessoas sem moradia ou com moradias inadequadas, no qual 24 milhões destes situam-se nos centros urbanos.

Além disso, o número da população favelada aumentou 42% nos últimos 15 anos, alcançando quase 11 milhões de pessoas nessas regiões. O PNAD é o principal órgão nacional que investiga mais a fundo os números de domicílios, relacionando também a precariedade dessas habitações. Quando a pesquisa se debruça sobre pessoas sem teto, das pessoas que moram nas ruas os números são alarmantes e ainda mais problemático, tendo em vista a falta de projetos que insiram essas pessoas nas políticas públicas de saúde e direitos, sendo incluídas apenas nas pastas sobre violência ou segurança pública. Os números do Ipea em 2015 estipularam que o Brasil tinha um pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas, onde os grandes municípios abrigavam nesse período a maior parte dessa população.

É necessário que o Poder Público possa realizar políticas urbanas destinadas a resolução do problema da precariedade das moradias, das pessoas sem moradias e das moradias que não estão com uso pleno, tanto arquitetos, administradores públicos, governantes e população civil tem direitos e deveres para construir a cidade que queremos e temos por direito.

Tais fatores contribuem para entendermos que as violências nas áreas urbanas circundam em especial pela falta de assistência do governo, aumento do desemprego, ou seja, por conta da pobreza, miséria, desigualdade de renda e concentração de renda nessas áreas. Como as áreas urbanas concentram maior número de habitantes, essas desigualdades também são mais perceptíveis.



Quanto ao encarceramento, o Brasil está na 26ª posição em número de encarcerados no mundo, constando que a cada 100 mil habitantes 338 estão encarcerados. O perfil dos encarcerados demonstram também quais as táticas da segurança pública estão sendo priorizadas e de que forma esses encarceramentos resolvem ou não o problema da violência urbana.

Os dados do Departamento Penitenciário, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, apresentam que o número de presos nas unidades carcerárias é de 758.676, a maioria no regime fechado; os presos provisoriamente – que ainda não foram julgados – tem o segundo maior contingente de presos 253.963.

O maior número de encarcerados 39,42% responde por crimes relacionado às drogas, como o tráfico. Por conseguinte, vem os crimes contra o patrimônio, 36,74%, seguido pelos crimes contra as pessoas 11,38 e crimes contra a dignidade sexual 4,3%. A partir dessas porcentagens é possível perceber que o crime que mais prende é o tráfico, porém na contramão do encarceramento o tráfico de drogas não diminui. O negócio das drogas só se amplia e se organiza a cada dia, assimilando civis, crianças, policiais e todos os cargos políticos, ou seja, o problema do tráfico está presente em todas as instâncias. (INFOPEN, 2016)

A violência com o título de guerra as drogas geram atos violentos de duas principais formas, ações policiais dentro das favelas e subúrbios de maneira arbitrária, com excessos de força e violência com os moradores. Por outro lado, os dependentes químicos são diariamente invisibilizados pela população como um todo. Quando são vistos é apenas com a lente de insegurança e expurgo, são várias as ações de sanitarismos nas áreas que centralizam essa comunidade, principalmente a Cracolândia.

Da mesma forma que as cidades são os principais focos de ação policial para com o tráfico de droga e os usuários, também demanda de alargamento dos problemas sociais, gerando assim um ciclo vicioso no qual os problemas sociais e desigualdades geram mais problemas ainda como tráfico, exploração infantil e sexual, aumentando por fim os índices de violência nesses territórios.

A naturalização de crimes e explorações como já pontuado anteriormente são características presentes nas grandes cidades do Brasil, aumentando principalmente por causa do capitalismo, sistema econômico, social e político que tem como maior objetivo o lucro, o que interliga diretamente ao individualismo e falta de senso coletivo. Para tanto a exploração infantil é vivida diariamente, mas percebida como problema de forma muito rasa pelos habitantes das cidades.

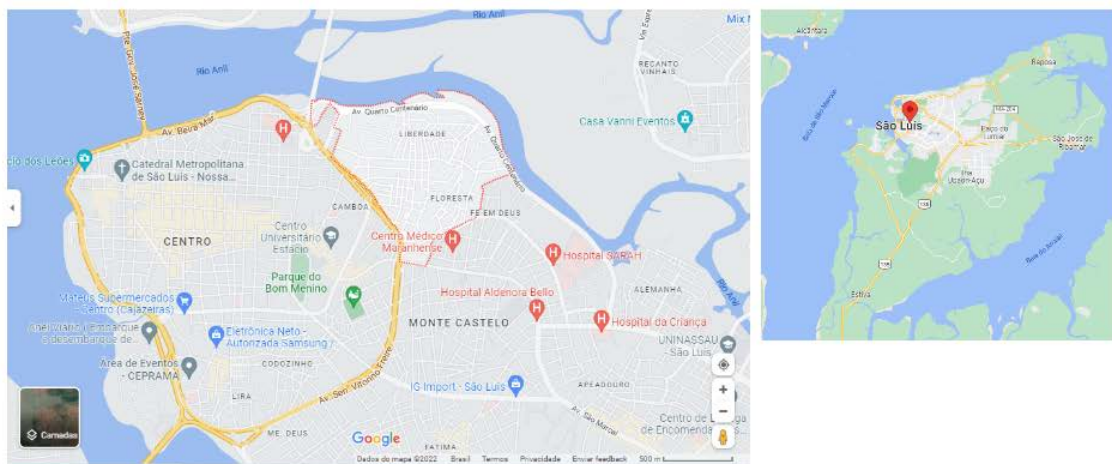
A exploração infantil está inteiramente ligada ao desemprego e desvalorização do profissional, uma vez que a família que incentiva ou precisa do trabalho infantil é a mesma que tem uma renda muito baixa para manter-se, outra característica dessas famílias é por falta de acesso aos estudos, ao estudo de qualidade, muito menos acesso a um planejamento familiar, estas encontram-se num marasmo total, apresentando déficit em todas as esferas da vida: renda, educação, saúde, alimentação.

Há uma seletividade no atendimento aos direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, as populações pobres com baixa renda, que moram em subúrbios e favelas, amontoados em casas pequenas, sem saneamento são ao mesmo tempo as de maior potencial de trabalho, e também mais previsíveis a doenças, consumo de drogas, exploração infantil, desemprego ou sub-emprego. Essas são as realidades presentes nas maiores capitais do Brasil e que se alastram por todo país, seguimos em desordem mundial e caos público/privado. Nota-se a partir das pesquisas das instituições a falta de serviço público para grande parte da população brasileira, relegando aos pobres e pretos uma parcela de desumanidade e quebra do direito com a vida dos cidadãos brasileiros.

## **5. Breve histórico de formação do bairro da Liberdade na cidade de São Luís – MA.**

O bairro da Liberdade, tem sua origem datada do final do século XIX e início do XX, juntamente com os bairros Fé em Deus e Camboa, ao qual compõem o Quilombo Urbano da Liberdade,

recentemente certificado pela Fundação Palmares como primeiro Quilombo Urbano do Maranhão. Essa origem coincide com a transição e adaptação gradual ao regime de trabalho livre, a expansão urbana e a instalação da indústria têxtil na cidade. O bairro está situado no entorno do Centro Histórico de São Luís, nas margens do Rio Anil (Figura 1).



**Figura 1:** Localização do bairro da Liberdade (fonte: adaptado GOOGLEMAPS, 2022).

O bairro da Liberdade tem sua origem atribuída a instalação do Matadouro Modelo em 1918 (Figura 2), onde este foi o primeiro equipamento urbano instalado no antigo Sítio de Itamacacá, de propriedade de Ana Jansen, e que assim deu nome ao bairro que foi constituído inicialmente por um pequeno povoado. Porém, deve se considerar os sítios, vilas e casas que já existiam no local, mas que posteriormente foram adensados por consequência dos novos pólos geradores de trabalho: o Matadouro, o conjunto de fábricas da Camboa, da Fabril e os portos (ASSUNÇÃO, 2017).



**Figura 2.** Matadouro no bairro da Liberdade (fonte: ALBUM DO MARANHÃO, 1923).

Na intenção de adequar a cidade ao modelo higienista, houve a necessidade de construir um local adequado aos "serviços de matança" da cidade (LIMA apud SILVA, 2016). Nesse sentido, as margens do Rio Anil e próximo a Fábrica da Camboa, o Matadouro foi instalado no local com a justificativa de que estaria próximo ao porto e futuramente com a estrada de ferro, o que poderia facilitar o escoamento da produção, a chegada de bovinos e suínos para o abate. Como relata Oliveira (2016), a estrada de ferro após sua construção viria a desempenhar um papel importante na consolidação dos bairros e na evolução urbana da cidade. A estrada passava onde hoje é a Avenida Camboa, principal avenida que perpassa os bairros da Camboa e Liberdade, o que também colaborou para o povoamento desses bairros.

O bairro teve sua ocupação inicialmente nas áreas próximas ao Matadouro, que além de estar próximo à área central da cidade, surge através da oportunidade de emprego aos trabalhadores locais. Segundo Silva (2016), os primeiros moradores podem ter sido aqueles que construíram o edifício, e que se mantiveram nas redondezas do local após a finalização da construção, da mesma forma como o que aconteceu em vários exemplos de execução de grandes obras.

No entanto, mesmo constando na fachada do matadouro que seu ano de inauguração aconteceu em 1918, moradores como Maycon Lopes, produtor cultural e morador do bairro da Liberdade, defendem o discurso de que a data real atribuída a construção é incorreta, onde está, refere-se à primeira grande reforma da edificação, e não a data de sua instalação na área (1905). Portanto, de acordo com o relato do morador, o bairro da Liberdade faria 116 anos de existência no ano de 2021.

De acordo com Assunção (2017) as habitações construídas primeiramente no bairro tinham características semelhantes as habitações do bairro da Camboa, possuíam a presença de coberturas em palha e construídas em taipa nas áreas mais altas do bairro, ou palafitas nas áreas alagadiças, características essa que se deu também nas habitações autoconstruídas do bairro Fé em Deus.

Ferreira Gullar, autor maranhense, descreve nas páginas de sua obra Poema Sujo, por volta de 1970 quando se encontrava exilado na Argentina, trechos do poema onde relata a condição das moradias e do bairro na época do funcionamento da Fábrica Camboa, onde faz uma alusão às características atribuídas ao bairro suburbano, onde não possuíam água encanada e se consolidou em meio à lama dos manguezais e aos descartes provenientes do Matadouro Modelo e de outras áreas da cidade.

A estrada de ferro que atravessava os bairros colocava-se com uma barreira entre os territórios distintos, onde em um lado encontrava-se o centro consolidado da cidade, e de outro "as palhoças na lama", em áreas inundáveis (ASSUNÇÃO, 2017). Diferente do símbolo de progresso e avanço urbano, a estrada de ferro se apresentava como uma barreira física e isolava a área do olhar disciplinador do Estado, além de permitir a ocupação desordenada do lugar.

Com o encerramento das atividades do Matadouro no contrato com a prefeitura em 1937, o edifício e os terrenos que eram usados como currais/pastagem retornam à responsabilidade do município de São Luís, onde assim a Prefeitura loteou os arredores e os distribuiu aos moradores, a partir de 1950 (ASSUNÇÃO 2017).

Com base no relatório publicado em 1925 sobre as condições de moradia, saneamento e profilaxia no Maranhão (MIRANDA, 1925), foi realizado um levantamento das habitações do proletário maranhense para melhor entendimento do grau de salubridade e higiene ao qual essa população estava submetida, a intenção era de extinguir a febre amarela no país e analisar os bairros proletários para conhecer a realidade ao qual se estavam inseridos. No levantamento, houve destaque para três tipos de habitação, os baixos de sobrado, os cortiços e as palhoças, onde coube destaque à última, evidenciando a necessidade de haver um olhar mais empático das autoridades, já que houve um aumento progressivo de seu uso e as duas primeiras são objeto de atenção da Repartição de Hygiene de longa data, merecendo agora atenção as casas de palha(Figura 3) (MIRANDA, 1925).



**Figura 3:** Área do bairro da Liberdade, com moradias construídas em palha e barro (fonte: ALBUM DO MARANHÃO, 1923).

Para Burnett (2014), com o enfraquecimento do cenário agroexportador em São Luís a partir de 1930 e o encerramento de atividades das principais indústrias da região por volta de 1960, e também em detrimento das políticas de desterritorialização de terras no interior do estado por conta dos conflitos ocorridos na área rural, portanto, o efeito desses eventos influenciaram na ocupação de diversas áreas ilegais e periféricas de São Luís, contemplando assim os bairros recém ocupados na margem esquerda do Rio Anil, que possuem certa proximidade de áreas que dispunham de infraestrutura e serviços da cidade.

Atualmente, no território se encontram mais de 14 sub-áreas como por exemplo a Brasília, a Floresta, a Camboa do Mato e a Baixinha. De acordo com Azevedo (1955) através do mapa produzido da cidade São Luís (Figura 4), as áreas do bairro determinadas são pontuadas de forma inédita, demarcando a cidade consolidada, onde se limita através do rio Anil e Bacanga e os bairros de origem informal, que ficam situados às margens e áreas alagáveis. No mapa, é possível pontuar as áreas da Camboa do Mato, o Alto do Bode (ponto mais alto da Floresta) e a Baixinha.



**Figura 4.** Mapa de São Luís em 1955 (fonte: LEITE, 2018).

Até 1970, o Caminha Grande era o único eixo de expansão urbana em direção ao interior da ilha de São Luís. Com a construção da Ponte do São Francisco e da Barragem do Bacanga na década de 1970, surgem novas frente de ocupação do território ludovicense, uma em direção à orla marítima que daria origem aos bairros da Ponta D'areia e do Renascença, que se tornariam os mais valorizados até os dias atuais; e a outra em direção a área Itaqui-Bacanga, que receberia o Distrito Industrial e o complexo portuário de São Luís.

### 5.1. Contexto socioespacial do Bairro da Liberdade.

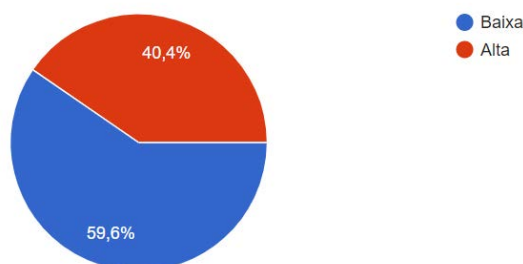
A análise socioespacial do bairro buscou obter as vivências dos moradores que fazem parte do processo de construção desse espaço urbano, sem desvincular a história e a cultura deles no processo de consolidação e crescimento desse território. As percepções e os relatos dos moradores tanto antigos como novos do bairro da Liberdade, foram relevantes para o entendimento de como as relações sociais construíram aquele território.

As percepções dos moradores e os relatos coletados através de entrevistas, foram contextualizados com análise de dados institucionais, de acordo com os últimos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, onde são fornecidos dados socioeconômicos do bairro com o intuito de aproximar os resultados ao olhar cotidiano, junto a realidade vivenciada no local e dos seus agentes construtores.

Em relação ao saneamento do bairro, os moradores relataram que a prestação de serviços e infraestrutura é regular, ou seja, não atende aos seus princípios básicos de higiene, sendo comum a falta de abastecimento de água e a inexistência de rede coletora de esgoto. De acordo com o fornecimento de energia elétrica disponibilizado aos moradores, a maioria respondeu que esse serviço atende as demandas dos moradores, sendo considerado bom pelos entrevistados. Entretanto, em visitas realizadas ao bairro durante o trunfo da noite, é perceptível que há uma carência na eficiência do serviço de iluminação pública, pois existem muitas ruas com a iluminação insuficiente e bem escuras.

Segundo Assunção (2017) a identidade do bairro da Liberdade como Quilombo Urbano se dá através das relações construídas entre as pessoas que se utilizavam de pequenos portos que funcionavam na região e viriam a definir a memória afetiva dos moradores mais antigos. Através da pesquisa de campo, observou-se que a rua é o principal espaço público, local onde acontecem as interações e as relações entre os moradores, permitindo uma diversidade de uso, agregando vitalidade ao espaço tornando-o mais democrático e seguro, sendo possível ter mais olhos voltados a rua. Isso, traz a ideia de vitalidade urbana que abrange a junção de qualidades de um assentamento ao qual as pessoas sintam vontade de permanecer, na maioria das vezes, local este onde se concentram de múltiplas atividades e relações econômica (KOURY, 2015).

Mesmo com a forte diversidade cultural presente no bairro, o território da Liberdade juntamente com os bairros Cambua e Fé em Deus, ainda carregam a carga elevada de estigmas. Por tempos a mídia, através dos noticiários e programas policiais qualificaram o bairro como "favela" e/ou "periferia" e como "lugar perigoso". Porém, ao contrário do que a sociedade fora do território enxerga, a maioria dos moradores consideram que o bairro possui baixo nível de violência urbana.



**Figura 5.** Gráfico com o Grau de violência urbana caracterizado pelos moradores (fonte: elaborado pelos autores).

Nas entrevistas, houve relatos descrevendo o bairro como calmo e tranquilo, onde todos se conhecem e são solidários uns com os outros, isso seriam aspectos que contribuem para a permanência dos moradores no bairro. Nesse sentido, agindo a fim de que seja erradicada essa noção estigmatizante do território, surge a necessidade de mobilização pelo reconhecimento de direitos, principalmente, de acesso aos serviços públicos básicos, pela manutenção e valorização de suas práticas culturais e de sua identidade étnica.

Contabilizando os dados obtidos, verificou-se que a maior parte da população se considera preta e parda, apenas 6,4% se declararam brancos e 2,1% se declaram indígenas. De acordo com o nível de escolaridade dos participantes, apenas 25,5% concluíram o ensino superior, isso demonstra o baixo índice de acesso ao ensino superior pela parcela mais pobre da população. A maior parte dos moradores já concluíram o ensino médio, portando não são pessoas que merecem ser vistas como inferiores pela sociedade apenas por habitarem aquele espaço.

É possível perceber o grande adensamento do território com poucas áreas livres, onde predominantemente nas residências moram em média cinco ou mais pessoas. Com relação a quantidade de pessoas que vivem em uma moradia, essa realidade também se reflete da mesma forma que acontece nas periferias brasileiras, casas com muitas pessoas residindo no mesmo local.



**Figura 6.** Mapa de cheios e vazios do bairro da Liberdade (fonte: elaborado pelos autores).

Além disso, por meio da sistematização dos dados, verificou-se que o bairro possui uma população predominantemente preta e parda, com maioria feminina, e isso reflete com a realidade vivida no país, onde as casas são chefiadas majoritariamente por mulheres.

Em conversas com uma das moradoras, poetisa e organizadora do Movimento Hip-Hop Quilombo Urbano, foi descrito como a ocupação das residências reflete no modo como os moradores se apropriam da rua como principal espaço público para troca de relações. Tendo em vista o pequeno tamanho das casas, e que muitas não possuem áreas abertas e afastamentos laterais, as pessoas se sentam nas portas de suas casas para conversar, enquanto que as crianças utilizam a rua para brincar e jogar futebol.

Nesse aspecto, considerando a rua como um elemento estruturante, perguntou-se aos moradores como ele declaram a qualidade do calçamento e pavimentação de suas ruas. A maioria declarou que o calçamento é bom, apesar de ter uma variação de dimensionamento, e que quase todas as ruas são pavimentadas. Foi observado na pesquisa de campo, que a maioria das ruas são pavimentadas, apesar de ainda haver ruas sem pavimentação com presença de lançamento de esgoto a céu aberto. As calçadas não seguem um padrão regular e são estreitas da mesma forma que as ruas, com uma largura aproximada entre 60 cm e um 1,00 metro, sendo em alguma delas uma distância não confortável para que duas pessoas circulem ao mesmo tempo ou não adequada também para a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

Também foi exposta a carência de espaços públicos para atividades de lazer e de esporte, como praças e quadras poliesportivas. Apesar que no projeto Programa de Aceleração e Crescimento do Rio Anil (PAC Rio Anil), constava na implementação do projeto a entrega de 8 galpões culturais e várias quadras poliesportivas, porém ainda não foram entregues. Atualmente, existem apenas 2 quadras poliesportivas, o que ratifica a ausência de equipamento públicos de lazer e esporte no bairro, e que se encontram em péssimo estado de conservação. O bairro também é carente de áreas verdes, não existindo arborização nos eixos viários, sendo encontradas na maior parte dos casos, árvores frutíferas nos quintais das residências (em verde) e a presença de mangue (em azul) nas margens do Rio Anil (Figura 7).



**Figura 7.** Mapa de áreas verdes no bairro da Liberdade (fonte: elaborado pelos autores).

Diante do exposto, percebe-se que mesmo após a certificação do território e mais de 20 anos do início da obra do PAC Rio Anil, ao qual seriam disponibilizados diversos equipamentos urbanos como praças, quadras poliesportivas, escolas, clínicas, pouco se foi feito até então. O Território Liberdade Quilombola após a sua certificação com o devido reconhecimento jurídico, deveria ser objeto de projetos e políticas públicas próprios levando em consideração sua identidade étnica e culturalmente diversos. O poder público ainda se faz bem ausente na estruturação do lugar, não havendo ainda saneamento básico adequado para o bairro, o serviço de iluminação pública insuficiente no período noturno, e também a falta de equipamentos públicos de lazer, esporte e cultura e saúde para toda população.

## 6. Considerações finais.

Este artigo buscou entender qual lugar os negros ocupam no espaço urbano, visto a exclusão social que vivenciam e de sua identidade cultural, sendo assim traçou-se um caminho histórico desde influência da abolição da escravidão até a formação da área onde está localizada o bairro da Liberdade e conseqüentemente os bairros vizinhos (Camboa e Fé em Deus), como sendo territórios negros e periféricos. Nesse sentido, é importante construir estudos voltados a essas realidades, pois ao longo da pesquisa foi possível perceber a carência de estudos acadêmicos direcionados à tais territórios no que se refere a suas especialidades e características urbanas.

No âmbito da arquitetura e urbanismo, os estudos encontrados ainda são poucos que relacionam os espaços da cultura negra à idealização de áreas urbanas, principalmente em se tratando do cenário maranhense, onde cerca de 74% da população do Estado é negra (IBGE, 2010). Considerando o reconhecimento e certificação do território como o sendo o primeiro quilombo urbano do Maranhão, entende-se a importância de aprofundar estudos voltados para a riqueza cultural presente nesses espaços urbanos que ainda vivem sob o estigma da precarização.

O preconceito ao qual as populações negras e pobres estão submetidos aos olhos da sociedade, acaba por definir os espaços que ocupam como sendo locais violentos, marginalizados ou desorganizados. No entanto, mesmo que tenham sido guiados a essas áreas distantes e menos estruturadas nas bordas das cidades, os moradores/autoconstrutores de forma autônoma construíram seus espaços a partir das lógicas características do local.

Através das cidades e dos bairros é possível pensar como o racismo estrutural se estabelece nas estruturas edificadas ou não, onde as formas urbanas negras são conceitos e abstrações científicas que explicam como as estruturas das cidades e suas instituições funcionam e são formadas. Ao qual, se estruturam com leis e valores, dividindo a cidade em bairros periféricos e nobres, como áreas legais e ilegais. Dessa forma, o desenvolvimento urbano aplica-se apenas para as camadas mais altas da sociedade, enquanto que para as periferias, o contraste e a distância social tornavam-se mais claros. Isto influenciou para a inserção da questão étnica aos estudos urbanos, entendendo que a segregação espacial tem cor, porém a cor possui particularidades culturais próprias e presentes em seus espaços cotidianos.

A integração da população negra na sociedade brasileira e no planejamento urbano não se faz pela sua homogeneização cultural ou de apropriação ou inserção no espaço urbano hegemônico, através de um processo único de civilização, mas garantindo seu direito de realização urbana de acordo com sua especificidade étnica afrodescendente. Ao levar em consideração essa nova abordagem, as relações culturais caracterizam-se como elementos próprios do lugar, o que acaba por influenciar novas dinâmicas espaciais, levando em consideração pesquisadores e urbanistas que estudam o ambiente urbano a partir do urbanismo negro e africano.

Instituir o estudo e a compreensão da identidade dos territórios negros urbanos no campo da Arquitetura e Urbanismo pode contribuir no processo de inclusão dessas comunidades no processo de planejamento urbano formal, desfazendo um estigma secular atribuído as cidades africanas e aos territórios predominantemente negros brasileiros, diferentemente da visão hegemônica do urbanismo europeu presente nos estudos brasileiros, que ainda hoje influência no modo de planejar nossas cidades.

Por fim, inserir arquitetos e urbanistas no debate dessa temática, pode permitir a formulação de políticas públicas urbanas mais inclusivas, permitindo o direito à cidade para uma parcela negra da população, reconhecendo toda a riqueza cultural presente nos quilombos urbanos e destacando a importância de suas heranças históricas, culturais e construtivas para toda sociedade.



## 7. Referências bibliográficas.

ALBUM DO MARANHÃO. Biblioteca Pública Benedito Leite. **Acervo digital. 1923**. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em 20 nov. 2022

ASSUNÇÃO, Ana Valéria. **"QUILOMBO URBANO", LIBERDADE, CAMBOA E FÉ EM DEUS: Identidade, festas, mobilização política e visibilidade na cidade de São Luís, Maranhão**. Mestrado em cartografia social. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Companhia Editorial Nacional: São Paulo, 1995.

BRASIL. **Lei nº. 11.888 de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11888.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11888.htm). Acesso em: 20 nov. 2022.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998

BONDUKI, Nabil.; ROLNIK, Raquel. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força do trabalho**. In: (MARICATO, E.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

BOTELHO, Adriano. **A produção do espaço como estratégia do capital**. In: O URBANO em fragmentos, 2007. p. 21 - 36. Disponível em: <https://www.uff.br/nugea/files/2014/09/O-urbano-em-fragmentos.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BURNETT, Frederico. Lago. **O ESPAÇO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA NA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO PAC RIO ANIL EM SÃO LUÍS, MARANHÃO**. In: I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014, São Bernardo do Campo, SP. I Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2014.

CALDEIRA, Teresa. **Cidades de Muro: crime, segregação e cidadania**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMPOS, Andreilino de O. **O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio espacial na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006

\_\_\_\_\_, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Afrodescendência e Espaço Urbano**. In: CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes; RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.). Espaço Urbanos e Afrodescendência. Fortaleza: Edições UFC, 2007

\_\_\_\_\_. **Bairros Negros: A forma urbana das populações negras**. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2019.

\_\_\_\_\_. **Bairro da Liberdade: A Comunicação Urbana em Território de Maioria Afrodescendente**. In: II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006, Salvador. II ENECULT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.

FRANCO, Marielle. **UPP-A Redução da Favela a Três Letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. UFF: Rio de Janeiro, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLEMAPS. **Mapa de localização do bairro da Liberdade**. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Liberdade,+S%C3%A3o+Lu%C3%ADs+-+MA/@-2.527558>

[8,-44.2852682,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7f68e60a4e6d47d:0xb20c284d980bb70a!8m2!3d-2.5250608!4d-44.2846448](https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-dez-2016.pdf/view). Acesso em > 20 nov. 2022.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência Urbana: um problema social. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10** (1): 105-119, maio de 1998.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2010**. São Luís/MA, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, 2005.

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório de dados dezembro 2016**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-dez-2016.pdf/view>. Acesso em 20 nov. 2022.

KOURY, Rafael. Considerações sobre a boa cidade Justiça ambiental urbana e sustentabilidade. **Vitruvius**, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5520>. Acesso em: 3 jun. 2021

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2. ed. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2004.

LEITE, Carolina Maria de Araújo Martins Silva. **Entre a Preservação e a expansão - Setenta anos de Planejamento Urbanístico em São Luís do Maranhão: do traçado colonial ao plano moderno e à prática contemporânea (1936-2006)**. Faculdade de Arquitetura. Universidade de Lisboa, 2018

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2010.

MIRANDA, Cássio. **Serviço de saneamento e prophylaxia rural do Maranhão. Maranhão**. Tip. teixeira. 1925

OLIVEIRA, Maysa Mayara Costa de. **O Processo de Socialização na questão da habitação: O Residencial Rio Anil Camboa**. 2016b.167f.

PNUD apresenta Relatório de Desenvolvimento Humano 2019 com dados de 189 países. **PNUD Brasil**, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-apresenta-relatorio-de-desenvolvimento-humano-2019-com-dado.html>.

RAMOS, Maria Estela Rocha Penha. **Território afrodescendente: Leitura de cidade através do bairro da Liberdade, Salvador (Bahia)**. UFBA: Salvador, 2007.

SILVA, Joana Barbosa Vieira da. **Tudo isso era maré: origens, consolidação e erradicação de uma favela de palafitas em São Luís do Maranhão**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. -2016.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, Lincoln Institute, 2001.